

ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO SEGMENTO DE CARNE E DERIVADOS LISTADAS NA B3¹

Caio César de Castro Boneberg Borba²

Cassiane Oliveira Velho³

RESUMO

Com as alterações instituídas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional se tornou indispensável. Entre as mudanças apresentadas destacou-se o tratamento dado às provisões e aos passivos contingentes. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a o que é evidenciado quanto às provisões e os passivos contingentes das maiores empresas do agronegócio do Brasil que atuam no segmento de carne e derivados a partir do que estabelece o CPC-25 e nas informações destacadas na CVM entre os anos de 2012 e 2016. Para isso foi realizado uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental. O estudo examinou as demonstrações financeiras e notas explicativas das três maiores companhias do segmento de carne e derivados listadas na B3. A coleta e análise de dados tomou por base um *checklist* elaborado a partir do CPC 25, o qual estabelece procedimentos para tratamento das provisões, dos passivos contingentes e ativos contingentes. Os resultados desta pesquisa demonstram que as organizações estão aplicando corretamente as exigências relacionadas às fases de reconhecimento, mensuração bem como divulgação de provisões. Porém a evidenciação dos passivos contingentes pelas empresas não é unânime. Verificou-se como item mais apresentado pelas empresas o de natureza trabalhista, seguido pelo de natureza tributária/previdenciária e cível. Conclui-se ao final da pesquisa que as companhias estudadas não seguem totalmente o recomendado no CPC-25, devendo melhorar, principalmente, o que diz respeito à divulgação de seus passivos contingentes.

Palavras-chave: CPC 25. Provisões. Passivos Contingentes. Evidenciação.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2018, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (caio.bonebrg@gmail.com).

³ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e mestre em Engenharia da Produção (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (cassiane.velho@ufrgs.br).

ANALYSIS OF EVIDENCE OF PROVISIONS AND CONTINGENT LIABILITIES OF THE MAIN COMPANIES OF THE MEAT SEGMENT AND DERIVATIVES LISTED ON B3

ABSTRACT

With the changes introduced by Laws No. 11,638 / 07 and 11,941 / 09, the convergence of Brazilian accounting standards with the international standard became indispensable. Among the changes presented was the treatment of provisions and contingent liabilities. Thus, the present study aims to analyze what is evidenced in the provisions and contingent liabilities of the largest agribusiness companies in Brazil that operate in the meat and derivatives segment, based on CPC-25 and in the CVM between the years of 2012 and 2016. For this, a qualitative, descriptive and documentary research was carried out. The study examined the financial statements and explanatory notes of the three largest companies in the meat and derivatives segment listed in B3. The collection and analysis of data was based on a checklist prepared from CPC 25, which establishes procedures for treatment of provisions, contingent liabilities and contingent assets. The results of this research demonstrate that organizations are correctly applying the requirements related to the phases of recognition, measurement and disclosure of provisions. However, the disclosure of contingent liabilities by companies is not unanimous. The item presented by the companies was labor-related, followed by tax and social security. It is concluded at the end of the research that the companies studied do not follow fully what is recommended in CPC-25, and should improve, mainly, the disclosure of their contingent liabilities.

Keywords: CPC-25. Provisions. Contingent Liabilities. Liability. Evidences

INTRODUÇÃO

As alterações das práticas contábeis apresentadas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, as quais vieram alterar a Lei nº 6.404/76, que possibilitaram a convergência das normas brasileiras de contabilidade com o padrão internacional, possibilitaram uma maior padronização contábil sobre as informações contábil-financeiras úteis para os diversos usuários na tomada de decisão. Mais tarde, ganhando força no Brasil essa adequação ao modelo internacional com a adoção de pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Dentre os principais fatos levantados nessa transição ao modelo internacional destacam-se a contabilização das provisões e passivos contingentes. Destaca Farias (2004) que no

exercício das atividades empresarias, as organizações se deparam com passivos caracterizados pela existência de incertezas, as quais já ocorreram num evento passado. Porém, a definição da data e do valor a ser exigido depende de eventos futuros, sobre os quais a empresa não tem nenhum controle ou influência. Esses são denominados de passivos contingentes.

As informações sobre passivos contingentes não reconhecidos nas demonstrações contábeis devem ser apresentadas nas notas explicativas as quais são de suma importância para os usuários externos. Conclui ANTUNES et. al (2012) que investidores mais arrojados podem vir a ajustar as demonstrações contábeis levando em consideração as contingências, que não foram reconhecidos, mas que estejam evidenciados em notas explicativas. Por outro lado, um investidor conservador pode ajustar as demonstrações contábeis considerando os passivos contingentes como efetivamente não reconhecidos, aumentando a segurança quanto aos riscos envolvidos em um investimento.

No Brasil, a norma que trata destas provisões e passivos contingentes é o CPC 25. Em sua estrutura ele define que as provisões devem ser reconhecidas como passivos por se referirem a obrigações presentes em que o valor possa ser obtido com razoável grau de confiabilidade. Já os passivos contingentes devem apenas ser divulgados em notas explicativas tendo em vista que não são tratados como obrigações presentes, e sim possíveis, ou por estarem associados a obrigações presentes em que não é possível mensurar seu valor com confiabilidade.

Associado ao CPC-25, a deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 594/09 veio a orientar que as responsabilidades contingentes devem ser amplamente divulgadas, independente da probabilidade da ocorrência ser classificada como difícil. A norma descreve as várias exigências relacionadas à divulgação do passivo contingente, dentre elas, pode-se citar: a descrição da natureza de cada obrigação e o cronograma que é esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes do passivo contingente; o valor contábil apresentado no início e no fim do período; as provisões adicionais do período; os valores utilizados durante o período e valores não utilizados revertidos durante o período, além de outras exigências.

A evidenciação das provisões e das contingências proporciona aos usuários das demonstrações financeiras maior transparência a respeito da situação patrimonial e financeira das empresas. Conforme Suave et al. (2013), para que os usuários externos tenham acesso a informações mais claras, principalmente relacionados aos riscos contingentes, faz-se necessária a divulgação de informações envolvendo valores contingentes, uma vez que, apenas usuários internos tem acesso as estimativas de riscos relacionados a atividade da empresa.

Baseado no que foi apresentado, o presente estudo busca responder a seguinte questão: como as maiores companhias do segmento de carne e derivados, listadas e negociadas na B3, estão evidenciando, em suas demonstrações contábeis, as informações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes?

A fim de respondê-la, foi definido o objetivo desse estudo que é analisar a evidenciação do passivo contingente e das provisões das maiores empresas do agronegócio do Brasil que atuam no segmento de carne e derivados de acordo com o que estabelece o CPC 25 e as demonstrações apresentadas na CVM entre os anos de 2012 e 2016.

Para tal, o estudo se apresenta estruturado em cinco seções. Além da introdução que inclui a abordagem do objetivo e da questão problema é apresentada na seção 2 a revisão da literatura referente ao tema estudado. A terceira seção apresenta a metodologia de pesquisa aplicada na investigação e coleta de dados, a seção 4 destaca a análise destes dados. Posteriormente, na seção 5, são apresentadas as considerações finais bem como sugestões para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são abordados os conceitos de Importância do Setor do Agronegócio para o Brasil, Contabilização de Provisões e Passivos Contingentes, além de outros estudos na área.

2.1 IMPORTÂNCIA DO SETOR DO AGRONEGÓCIO PARA O BRASIL

O setor do agronegócio em toda sua conjuntura se destaca como a área econômica mais importante para economia nacional brasileira apresentando um total de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2017) e é visto atualmente como um dos maiores “celeiros” do mundo com potencial de produção de alimentos em escala mundial (THE ECONOMIST, 2010).

Além de toda a riqueza gerada pelo setor ele representa importante fator social devido a grande quantidade de empregos que gera e sua grande carga representativa nas áreas econômica, financeira e política. O setor é responsável por 32% dos empregos da população e tem grande importância na balança comercial, participando com mais de 40% do total das exportações, contribuindo sensivelmente, para evitar os déficits comerciais do Brasil. Além de outros importantes indicadores relacionados à geração de empregos, ao custo para cada emprego gerado e à absorção dos gastos familiares (ULRICH, 2009).

2.2 DEFINIÇÃO DE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A CVM define as normas brasileiras de contabilidade como sendo de fundamental importância e inteiramente necessárias tendo em vista que possuem como função primordial o aumento do nível de transparência e confiabilidade das informações contábeis. Alinhado a isso o CPC-00 apresenta um conjunto de normas que devem ser seguidas no desenvolvimento das demonstrações contábeis, os quais se baseiam nos princípios de comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, sendo esses essenciais para dar relevância e fidedignidade às informações apresentadas.

Com o objetivo de acrescentar confiabilidade a essas informações, foi editado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis o pronunciamento nº 25 (CPC-25), pois, antes da aprovação deste documento, o termo provisão vinha a ser utilizado como referência a qualquer obrigação ou redução de um ativo, cuja mensuração é procedente de alguma estimativa (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Com relação a essas alterações apresentadas pelo CPC-25, Iudícibus et al. (2010) ressaltam ainda a importância de diferenciar as provisões, propriamente ditas, das *accruals*, estas caracterizadas como provisões que derivam da apropriação por competência apresentando-se, assim, como obrigações que ocorreram e foram registradas no período de competência, possuindo um menor grau de incerteza,

O Pronunciamento Técnico nº 25, que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes veio a ser aprovado pela Deliberação nº 593/09 da CVM, tem como objetivo dar segurança ao usuário da informação contábil quanto ao fato de estarem sendo adotados de forma correta os critérios na estimativa de uma provisão, ou na divulgação de um passivo ou ativo contingente.

O CPC-25 conceitua provisão como sendo um passivo o qual apresenta prazo ou valor incertos e a saída dos recursos relacionados a ele se considera provável. O CPC-25 define ainda que qualquer provisão pode ser dita contingente, pois há incerteza no que diz respeito ao valor e prazo de saída. Porém, na prática o termo “contingente” pode ser usado tanto para passivos quanto para ativos que não venham a ser reconhecidos devido ao fato das suas existências dependerem de confirmação de eventos futuros incertos e independentes da vontade e controle da entidade. Desta forma, de acordo IUDÍCIBUS et al. (2010), um passivo contingente se configura como saídas de recursos possíveis, mas que não são

prováveis. Assim, o que os diferencia é, basicamente, a probabilidade da ocorrência da saída de recursos.

O CPC-25 o reconhecimento de uma provisão só será efetuada em caso de ocorrência das seguintes condições: uma obrigação legal ou não formal presente, fruto de eventos passados; ser provável a saída de recursos para liquidar uma obrigação; haver uma estimativa confiável da obrigação. Sendo assim, uma contingência só será reconhecida como provisão nas demonstrações contábeis caso sejam cumpridas as condições citadas anteriormente.

Essas obrigações contingentes, segundo Farias (2004), decorrem, principalmente, de questões trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais, e são caracterizadas normalmente por: processos trabalhistas, que são corriqueiros nas empresas; resultado do complexo sistema tributário brasileiro, o qual é responsável por inúmeras ações judiciais; processos relacionados a dívidas, fruto da responsabilidade solidária; bem como para cobrir produtos defeituosos.

Com relação aos passivos contingentes de natureza ambiental, dizem respeito, em sua maioria, a danos ao meio ambiente resultante do exercício normal das atividades das organizações e para os quais a legislação prevê penalidades que podem vir a se tornar provisões.

A NPC 22 (Norma e Procedimento de Contabilidade) do Ibracon (2005) dispõe que, para a classificação dos passivos contingentes, sejam utilizados os termos: praticamente certo, provável, possível e remota. Essas classificações são conceituadas conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Probabilidade de ocorrência das contingências e tratamento contábil

Probabilidade de ocorrência	Definição	Efeitos nas demonstrações
Praticamente Certo	Aplicado para refletir uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido.	Passivo autêntico
Provável (1)Pode ser mensurado com segurança (2)Não pode ser mensurado com segurança	A chance um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer	(1)Provisionar (2)Divulgar
Possível	A chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota	Divulgar
Remota	A chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena	Não Divulgar

Fonte: Conteúdo baseado na NPC 22 (2005).

Tendo em vista que os passivos contingentes desenvolvem-se de maneira não esperada, a avaliação deles deve ser feita periodicamente, com a finalidade de identificar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos veio a se tornar provável. Caso isso ocorra será exigido que esse item, previamente tratado como passivo contingente, venha a ser reconhecido nas demonstrações contábeis como uma provisão, considerando o período da mudança na estimativa da probabilidade (CPC-25).

2.3 DIVULGAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 a divulgação dos passivos contingentes deve ser apresentado em notas explicativas, indicando “os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes”.

Associado a isso a deliberação da CVM nº 594/09 determina que, para cada classe de provisão, deve ser divulgado: o valor contábil no início e no fim do período; as provisões adicionais do período, incluindo o aumento nas já existentes; os valores utilizados no período e as reversões; o aumento no valor descontado a valor presente resultante da passagem do tempo e os efeitos oriundos da mudança da taxa de desconto; uma breve descrição da obrigação por sua natureza bem como um cronograma de saídas de benefícios econômicos resultantes; indicação de incertezas relacionadas ao valor ou ao cronograma destas saídas, bem como o valor dos reembolsos esperados.

2.5 ESTUDOS RELACIONADOS

Diversos estudos foram realizados com o objetivo de verificar a aplicação do CPC-25, sobretudo os relacionados à análise de empresas de capital aberto em vista a obrigatoriedade dessas de evidenciarem em suas demonstrações assuntos relacionados à evidenciação de suas provisões e passivos contingentes.

Ribeiro, Ribeiro e Weffortt (2013) estudaram o contencioso legal de natureza tributária e a percepção de advogados, auditores e juristas sobre a introdução do pronunciamento CPC-25 e a prática de gerenciamentos sobre resultados a partir do uso de provisões sobre contencioso legal. Concluíram que os altos níveis de provisões relacionados ao contencioso tributário no Brasil são consequência, principalmente, da

subjetividade e complexidade da legislação brasileira. Além disso, tiveram como resultado a determinação da importância de se divulgar os passivos contingentes nas notas explicativas tendo em vista que esses vêm a reduzir as assimetrias de informação e cobrir lacunas, eliminando erros de julgamentos.

Castro, Vieira e Pinheiro (2015) analisaram a ocorrência de divergências na divulgação das contingências ativas e passivas pelas empresas brasileiras que negociam suas ações tanto na B3 quanto na NYSE. Observando, a partir das divergências, se as demonstrações publicadas no Brasil obedeciam ao *disclosure* obrigatório exigido pelo CPC-25. Os resultados demonstraram que, 10 empresas apresentaram diferenças na evidenciação de contingências ativas e passivas nos relatórios, e relacionado ao cumprimento dos itens do CPC-25, as empresas evidenciaram aproximadamente 60% das observações requeridas pelo CPC-25 relacionadas aos passivos contingentes.

Suave et al. (2013) estudaram as 94 empresas mais negociadas na B3 a fim de identificar se essas estavam atendendo às disposições do CPC-25 quanto à divulgação de seus passivos contingentes. Os resultados encontrados mostraram que as empresas divulgam principalmente processos judiciais relacionados a causas fiscais, cíveis e trabalhistas. Quanto aos itens solicitados pelo CPC-25, verificaram maior atendimento quanto à descrição da natureza da obrigação, estimativas de efeitos financeiros, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a valores e data de ocorrência sendo a possibilidade de reembolsos a menos divulgada.

Os autores Pinto et al. (2014) estudaram as demonstrações contábeis de 65 empresas brasileiras de capital aberto listadas no Índice Ibovespa em 2010. Neste estudo os autores analisaram se os passivos contingentes e as provisões estão atrelados, de alguma forma, ao valor de mercado das companhias brasileiras. O resultado da pesquisa identificou que as empresas não estão divulgando de forma completa o que é recomendado pelo CPC-25 e concluíram, também, que a relação entre o valor de mercado e a evidenciação da companhia são inversamente proporcionais.

Hotta, de Souza e Vendruscolo (2016) analisaram a evidenciação das provisões e passivos contingentes em empresas do segmento de telefonia. O estudo verificou que os passivos contingentes das empresas da amostra são mais volumosos do que os relacionados às provisões, se comparados ao total do passivo. Outra conclusão obtida foi que as companhias não estavam cumprindo de forma integral o que é recomendada pelo CPC-25, necessitando melhorarias na divulgação de informações fornecidas aos usuários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como objetivo verificar a evidenciação dos passivos contingentes bem como das provisões por empresas relacionadas ao agronegócio. Para isso, através de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, analisou-se o conteúdo das informações relativas às provisões e aos passivos contingentes apresentados nas demonstrações contábeis e em notas explicativas.

A pesquisa, quanto à abordagem do problema se apresenta como qualitativa, pois tem como enfoque a análise, de modo mais aprofundado, da interação entre diversas variáveis com relação a um problema em específico o qual se quer compreender (BEUREN, 2008).

Quanto ao seu objetivo, caracteriza-se como descritiva, tendo em vista que a pesquisa tem como seu objetivo central a análise da evidenciação do passivo contingente e das provisões nas companhias da amostra deste estudo, com o objetivo de tornar as características dessa população mais compreensíveis bem como identificar a possibilidade de um relacionamento entre essas variáveis (GIL, 2002).

A coleta dos dados foi realizada mediante análise documental das demonstrações financeiras disponíveis junto à CVM, bem como em suas respectivas notas explicativas no período de 2012 a 2016. Essa etapa propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos estudados (SÁ-SILVA; DE ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Para delimitação do setor do agronegócio, foram selecionadas as empresas classificadas pela B3 como corporações do subsetor de Alimentos Processados, dentro do segmento carne e derivados. A amostra envolve três empresas com maior patrimônio no segmento: BRF S.A., JBS S.A. e Marfrig Global Foods S.A.. Os dados para o estudo foram as informações relacionadas às provisões e aos passivos contingentes que tem por base as demonstrações financeiras apresentadas juntamente à CVM, além das notas explicativas no período de 2012 a 2016.

A análise dos dados e sua interpretação foram realizadas com base no *checklist* estruturado de acordo o CPC-25, apresentado no Quadro 2. Sua confecção tomou por base os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes. Desta forma, cada classe é analisada de acordo com esses critérios e juntamente com os itens que foram observados.

Quadro 2 – Checklist para coleta e análise de dados

Classe		Itens de Divulgação – CPC 25
Provisões	Reconhecimento	Obrigação presente e resultado de evento passado?
		É provável uma saída de recursos os quais venham a incorporar benefícios econômicos para liquidar a obrigação?
		É possível realizar alguma estimativa confiável da obrigação?
	Mensuração	Evidenciam os valores utilizados no período?
		É utilizada a melhor estimativa do desembolso para liquidar a obrigação?
		As estimativas do desfecho e seu efeito financeiro estão definidas pelo julgamento da administração, pela experiência de transações semelhantes ou por relatórios de perícia?
		Foram reavaliadas e ajustadas a fim de refletir a melhor estimativa?
	Divulgação	Divulgam o valor contábil no início e no final do período?
		Evidenciam as provisões adicionais?
		Divulgam os valores utilizados e os que não utilizados revertidos?
		Fazem o cronograma esperado saídas de benefícios econômicos?
		Indicam as incertezas sobre o valor dessas saídas?
		Divulgam o aumento no valor descontado a valor presente e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto das provisões?
		Detalham cada classe por natureza?
		Há informação sobre o valor de reembolso esperado?
Divulga as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros?		
Fazem uma breve descrição da natureza do passivo contingente?		
Passivos Contingentes	Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro?	
	Evidenciam as incertezas relacionadas ao valor de saídas?	
	Apresentam a possibilidade de reembolso?	

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Conforme descrito anteriormente, a amostra para o estudo é composta por três empresas listadas no setor econômico Consumo não Cíclico, do segmento carne e derivados na B3. Para primeira análise, foi considerado o resultado individual de cada empresa referente à evidenciação de suas provisões relativas aos balanços patrimoniais do período estudado bem como sua participação sobre a totalidade do passivo. Faz-se presente, também, a análise da apresentação da

evolução dos passivos contingentes e sua suficiência nas notas explicativas. Após o resultado individual das empresas, é analisado o resultado geral do total da amostra.

4.1 Análise individual das empresas

A fim de analisar a amostra se mostrou necessário, inicialmente, realizar uma breve apresentação da empresa e a análise individual de suas provisões e passivos contingentes.

4.1.1 BRF

A BRF é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento Novo Mercado da B3, com sede localizada na cidade de Itajaí, no estado de Santa Catarina. A BRF S.A., em conjunto com suas subsidiárias é uma multinacional brasileira, detentora de um portfólio abrangente de produtos, que atua globalmente como uma das maiores produtoras mundiais de alimentos tendo como principais marcas Sadia, Perdigão, Qualy, Chester, Perdix e Paty.

4.1.1.1 Análise das provisões e passivos contingentes

As provisões que são apresentadas pela BRF junto à CVM, indicadas no passivo não circulante, tem mantido um padrão constante com relação ao total do passivo da empresa. Na Tabela 1 pode-se observar a composição dessas provisões e as variações de suas porcentagens sobre o passivo total as quais se mantiveram entre os valores de 1,18% e 2,06%. Há que se destacar o aumento substancial dessas provisões no ano de 2014 que atingiu a margem de 2,06%.

Tabela 1 – Provisões por natureza (em reais mil)

Natureza	Saldo consolidado por exercício (R\$)				
	2016	2015	2014	2013	2012
Fiscais	281.715	240.496	252.377	141.478	179.542
Trabalhistas/Previdenciárias	479.742	377.023	330.424	330.424	134.443
Cíveis e outras	122.504	65.701	57.359	48.257	50.371
Total de Passivos	42.944.936	40.388.014	36.103.735	32.374.569	30.765.486
Porcentagem sobre Passivo	2,06%	1,69%	1,77%	1,61%	1,18%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações e notas explicativas da empresa BRF (2018).

Na Tabela 1 apresentada, verifica-se que existem três tipos de provisões as quais configuraram no passivo da empresa: as provisões de natureza fiscal, trabalhista e as de natureza civil e outras. Tomando por base as notas explicativas é possível perceber que as provisões são reconhecidas pela Companhia quando ela tem uma obrigação presente, formalizada ou não, consequência de evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita. Esta assertiva apresentada pela empresa esta de acordo com os princípios de reconhecimento estabelecidos no CPC 25.

Essas provisões derivam do fato de a empresa ser parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão se baseia em informações históricas e em prognósticos de perda. Assim, as avaliações das probabilidades de perdas destes processos são elaboradas a partir da análise de todas as evidências disponíveis à empresa, do estudo da hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, influência das decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A BRF realiza revisões periodicamente e ajusta as provisões para refletir as alterações nas circunstâncias, tais como o prazo prescricional de suas obrigações, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A realização destas revisões bem como o processo inicial de registro é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos os quais consideram que refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Desta forma, pode-se considerar que a estimativa é razoavelmente confiável a respeito do valor da obrigação.

Ainda de acordo com a Tabela 1, pode-se observar a grande participação de provisões trabalhistas sobre o valor total das provisões e do passivo. As provisões trabalhistas são determinadas pela Companhia tendo em vista que esta é ré em reclamações trabalhistas individuais e movidas pelo Ministério Público Federal. As principais reclamações relacionadas e mencionadas em notas explicativas durante todo período da análise dizem respeito, principalmente, as horas extras, tempo gasto pelos funcionários na troca de uniforme, horas in-itinere, pausas para descanso, acidentes de trabalho e supostas enfermidades alegadamente contraídas em decorrência do trabalho.

Tendo em vista que as provisões para causas trabalhistas se apresentaram de forma substancialmente acentuada mostrou-se necessário uma análise mais detalhada destas contas. Pode-se perceber que, de acordo com a Tabela 2, após o ano de 2012 as provisões trabalhistas passam a integrar a parcela média de 50% sobre o total de provisões

evidenciadas pela empresa, o que demonstra um grande aumento nos processos trabalhistas nos quais ela é alvo.

Tabela 2 – Participação das provisões trabalhistas sobre o total das provisões por exercício (em reais mil)

	Saldo Consolidado por exercício (R\$)				
	2016	2015	2014	2013	2012
Trabalhistas/Previdenciárias	479.742	377.023	330.424	276.128	134.443
Total das provisões	883.961	683.220	640.160	520.159	364.356
Total de Passivos	42.944.936	40.388.014	36.103.735	32.374.569	30.765.486
% sobre o total das provisões	54,27%	55,18%	51,62%	53,09%	36,90%
% sobre o total do passivo	1,12%	0,93%	0,92%	0,85%	0,44%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações e Notas Explicativas da empresa BRF (2018).

Mesmo com a grande participação desses processos trabalhistas sobre as provisões a empresa considera que nenhum destes é isoladamente relevante e desta forma ela não os detalha de forma mais minuciosa. Em situação oposta à evidenciação das provisões trabalhista estão as provisões fiscais que, mesmo não apresentando um valor tão elevado, são amplamente detalhadas.

As contingências tributárias consolidadas e classificadas como perda provável, envolvem discussões administrativas e judiciais relacionadas ao ICMS e a respeito da não comprovação de realização de exportação, além do aproveitamento de créditos de ICMS principalmente relativos à aquisição de materiais de uso e consumo e o registro de créditos extemporâneos com correção monetária e outros.

Outras provisões fiscais dizem respeito aos tributos PIS e COFINS relacionados ao aproveitamento de determinados créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados na compensação de tributos federais, essas totalizando o valor de R\$101.986 e R\$77.538 nos anos de 2016 e 2017, respectivamente.

A Companhia possui ainda provisões para as ações relacionadas ao recolhimento da contribuição previdenciária (Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), além de débitos decorrentes de divergência de obrigações acessórias, impostos de importação, Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e pagamento de honorários advocatícios.

Com relação às contingências cíveis, referem-se principalmente a litígios relacionados com pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundas de acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, relações de consumo, descumprimentos contratuais e outros.

A empresa segue apresentando a descrição da natureza e estimativa de efeito financeiro de seus passivo contingentes, salientando as incertezas relacionadas às saídas. Porém, não há indicação de possibilidade de reembolso apresentada. Ainda pode ser observada a preocupação em se detalhar as contingências de natureza tributária, as quais se reserva extenso conteúdo em suas notas explicativas, abordando informações como lucros auferidos no exterior, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Crédito Prêmio de Imposto sobre Produto Industrializado.

4.1.2 JBS

A JBS S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto listada no nível Novo Mercado da B3 com sede em São Paulo. A JBS é líder global por faturamento no processamento de proteína animal e é dona de marcas como a Friboi, Seara, Doriana e Swift.

4.1.2.1 Análise das Provisões e Passivos Contingentes

Ao se observar a evolução das provisões da JBS, pode-se observar um grande aumento das provisões apresentadas pela empresa. De acordo com a Tabela 3, no ano de 2013 a porcentagem das provisões sobre os passivos passou de 0,72% para 1,87%, em análise às notas explicativas da empresa observou-se que isso se deve ao fato do grupo JBS ter adquirido o controle sobre os grupos Seara e Zenda. Após esse período a relação entre provisão e passivo se manteve constante e sua composição pode ser visualizada na Tabela 3.

Tabela 3 – Provisões por natureza (em reais mil)

Natureza	Saldo Consolidado por exercício (R\$)				
	2016	2015	2014	2013	2012
Fiscais/previdenciários	622.748	843.754	386.479	610.823	94.152
Trabalhistas	346.545	408.963	241.104	163.466	75.685
Cíveis	275.946	280.383	78.261	75.035	33.524
Total das provisões	1.245.239	1.533.100	705.844	849.324	203.361
Total de Passivos	67.373.785	79.439.515	56.442.558	45.536.967	28.322.887
Porcentagem sobre Passivo	1,85%	1,93%	1,25%	1,87%	0,72%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das Demonstrações e Notas Explicativas da JBS (2018).

Apura-se, na Tabela 3, a existência das provisões fiscais, trabalhistas cíveis. As provisões foram classificadas em notas explicativas a partir do julgamento dos administradores bem como da opinião dos consultores e da assessoria jurídica, tendo sido provisionados valores para as perdas consideradas prováveis, cumprindo, desta forma, o estabelecido no CPC 25. As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, são relativas a ações judiciais contra a companhia e suas controladas.

A companhia considera que a preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize-se de estimativas e premissas referentes às suas contingências. Desta forma, é mostrada a imprevisibilidade com relação às saídas salientando as incertezas quanto à legislação fiscal brasileira. Assim, a Administração utilize-se de julgamentos, podendo os resultados divergirem da efetiva realização das estimativas.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Sendo que não é registrada nenhuma provisão caso o passivo seja avaliado apenas como possível e, caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada e a divulgação da mesma não é requerida.

A empresa apresenta suas provisões fiscais juntamente com as de natureza previdenciária o que dificulta a visualização de quanto os processos judiciais de natureza fiscal vem a impactar sobre o seu passivo, afetando a comparabilidade destas provisões entre as empresas da amostra.

Destaca-se que além das provisões fiscais, as quais representam o maior percentual em relação às provisões, em todos os anos do período analisado, a empresa destaca em notas explicativas a autuação pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS que, segundo o Estado de São Paulo, deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". A Companhia vem contestando administrativamente e sua administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando a perda como remota.

A companhia a partir de 2015 passou a apresentar, além do montante do valor em reais das provisões, a quantidade de processos os quais ela é alvo. Conforme a Tabela 4 é possível observar a quantidade destes processos por natureza nos anos de 2016 e 2015.

Tabela 4 – Quantidade de provisões por natureza

CONSOLIDADO	Quantidade de processos por exercício (un)	
	2016	2015
Fiscais	1.854	1.810
Trabalhistas	33.966	32.203
Cíveis	3.340	2.920

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das Notas Explicativas da JBS (2018).

Observa-se que mesmo com os inúmeros processos trabalhista movidos contra a empresa as provisões de natureza fiscal ainda superam em demasia as demais provisões com relação ao total do valor provisionado. Destaca-se também o nível de detalhamento destas provisões fiscais que se apresenta de forma minuciosa, detalhando todos os pormenores relacionados às principais autuações tributárias.

A respeito dos processos trabalhistas na controladora em 2016 a Companhia somava 16.345 ações desta natureza, envolvendo o valor total em discussão de R\$1.043.270. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, foram registradas provisões no montante de R\$92.484 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte. As ações, em sua maioria, são movidas por ex-empregados e os principais pedidos dizem respeito à jornada de trabalho, adicional de insalubridade e suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério do Trabalho com temas relacionados ao setor.

Para a evidenciação das provisões de natureza civil a empresa não procura detalhar suas origens de forma detalhada apenas apresentando a quantidade total de processos e o valor de perda esperada.

A JBS em nenhuma de suas notas explicativas do período da análise procura apresentar de forma clara seus passivos contingentes. Não há um capítulo para sua evidenciação, tampouco uma breve descrição sobre sua natureza. A empresa apenas reserva um subcapítulo apresentado como “Outros processos” dentro do capítulo “Provisão par riscos processuais”. Neste ela apresenta um parágrafo com o valor total de outros processos de natureza fiscal classificados como de risco possível, mas não provável. Desta forma entendendo-se como estes sendo os únicos passivos contingentes da empresa durante todo período.

A fim de auxiliar na análise desses passivos contingentes foi elaborada uma tabela comparativa com seus valores durante o período do estudo:

Tabela 5 – Passivos contingentes (em reais mil)

	Saldo por exercício (R\$)				
	2016	2015	2014	2013	2012
Apenas na controladora					
Passivos Contingentes Fiscais	537.872	204.183	105.969	20.129	31.192
Total de Passivos	67.373.785	79.439.515	56.442.558	45.536.967	28.322.887
% sobre o total do passivo	0,80%	0,26%	0,19%	0,04%	0,11%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das Notas Explicativas da JBS (2018).

De acordo com a Tabela 5 os passivos contingentes não se apresentavam tão significativos do período de 2012 a 2015, porém em 2016 houve um aumento considerável em seu valor, principalmente se comparado ao total dos passivos da empresa no mesmo ano. A relação entre os passivos contingentes e o total do passivo passou de 0,26% para 0,80%, o que pode demonstrar um aumento do número de processos fiscais em que a administração considera possível sua perda.

Vale ressaltar que a empresa apresenta em suas notas diversos casos considerados de chance de perda remota, mas que, mesmo assim, são apresentados em suas notas. De acordo com o CPC 25 não há necessidade alguma dessa apresentação, porém durante todos os anos da análise a empresa manteve apresentando de forma detalhada diversos casos onde os processos se caracterizavam com possibilidade de perda remota, em especial processos de natureza tributária com desdobramentos em ICMS e INSS. Vê-se nesta situação a incongruência nas informações apresentadas pela empresa visto que os processos com chance de perda possível, os quais deveriam ser detalhados uma vez configuram passivos contingentes, apresentam-se de forma sucinta e sem nenhum detalhamento ou desdobramento.

4.1.3 Marfrig Global Foods

A Marfrig Global Foods S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores. Tem sua sede localizada na cidade de São Paulo e esta entre as maiores produtores de carnes do mundo. A empresa tem como principais marcas a Montana e Bassi.

4.1.3.1 Análise das Provisões e Passivos Contingentes

A Marfrig Global Foods reconhece provisões quando for provável a saída de benefícios econômicos futuros, decorrentes de eventos passados e estas possam ser estimadas com segurança. Suas provisões são evidenciadas em notas explicativas e a evolução durante o período de 2012 a 2016 pode ser observada na Tabela 6.

Tabela 6 – Provisões por natureza (em reais mil)

Natureza	Saldo Consolidado por exercício (R\$)				
	2016	2015	2014	2013	2012
Fiscais	1.758	1.758	3.531	6.002	156.537
Trabalhistas/Previdenciárias	52.931	31.321	32.684	10.989	53.974
Cíveis	33.050	13.140	4.233	9.471	27.378
Total das provisões	87.739	46.219	40.448	26.462	237.889
Total de Passivos	19.158.001	20.072.317	18.114.183	14.708.542	21.284.362
Porcentagem sobre Passivo	0,46%	0,23%	0,22%	0,18%	1,12%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das Demonstrações e Notas Explicativas da Marfrig (2018).

A Tabela 3 mostra que a partir do ano de 2012 a empresa conseguiu reduzir consideravelmente seus passivos e suas provisões, em especial a participação dessas provisões para processos com risco de perda provável sobre o total do passivo que passou de 1,12% em 2012 para apenas 0,18%, mantendo-se constante abaixo de 0,5%.

A Companhia e suas Controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária, e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais, tendo sido provisionados valores para as perdas consideradas prováveis, cumprindo, desta forma, o estabelecido o CPC 25.

Na Tabela 3 são apresentados os provisionamentos relativos a esses processos, observando o registro das contas de provisões fiscais, trabalhistas/previdenciárias e cíveis. Semelhante ao que acontece na empresa BRF, as provisões trabalhista se mostram em destaque com relação ao total das provisões, excetuando-se o período de 2012 onde as provisões fiscais foram as responsáveis pelo aumento das provisões as quais apresentaram

grande participação perante os passivos da empresa com um valor de R\$ 156.537 decaindo substancialmente ao longo dos anos seguintes com valores entre R\$ 1000 e R\$ 6000. A empresa não detalha os desdobramentos dessas provisões fiscais apresentando apenas seus saldos.

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas in itinere, risco ergonômico entre outros, e a empresa os considera individualmente não relevantes.

As ações cíveis da Companhia envolvem principalmente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Nenhum destes processos veio a receber maior detalhamento exceto em 2016, onde a empresa apresentou a rescisão de contrato para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, firmado com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são apresentados pela empresa e separados por sua natureza como Trabalhistas e previdenciárias, Fiscais e Cíveis.

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas envolvem tipicamente temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas in itinere, risco ergonômico entre outros, que individualmente a empresa considera irrelevantes.

As principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e de seus assessores legais estão classificadas como perda possível, dizem respeito principalmente a questões relacionadas ao ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS, CSLL e IRPJ auferidos em decorrência de apuração de lucros de empresas Controladas no exterior, questões relacionadas a casos antigos envolvendo o IRPJ e outros casos em que a empresa se enquadra em responsabilidade solidária.

Para as ações cíveis da companhia e de suas controladas são definidos como caracterização de sua natureza as controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórios, que, porém, a empresa os considera individualmente irrelevantes e não apresenta maiores detalhamentos.

4.2 Análise dos resultados da amostra

Em primeira análise foi verificada a participação das provisões sobre o total do passivo de cada uma das empresas. De acordo com o apresentado anteriormente foi definida a Tabela 7 a qual apresenta um comparativo entre as provisões e sua participação no total do passivo durante o período de 2012 a 2016 nas empresas da amostra.

Quadro 3 – Provisões da amostra (em reais mil)

Ano	BRF			JBS			Marfrig			Provisão	
	Passivo total	Provisão	%	Passivo total	Provisão	%	Passivo total	Provisão	%	Média Geral	
2012	30.765.486	364.356	1,18	28.322.887	203.361	0,72	21.284.362	237.889	1,12	1,01%	
2013	32.374.569	520.159	1,61	45.536.967	849.324	1,87	14.708.542	26.462	0,18	1,22%	
2014	36.103.735	640.160	1,77	56.442.558	705.844	1,25	18.114.183	40.448	0,22	1,08%	
2015	40.388.014	683.220	1,69	79.439.515	1.533.100	1,93	20.072.317	46.219	0,23	1,28%	
2016	42.944.936	883.961	2,06	67.373.785	1.245.239	1,85	19.158.001	87.739	0,46	1,45%	
Média provisões			1,66%				1,52%			0,44%	1,21%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das Demonstrações e Notas Explicativas das empresas da amostra (2018).

Conforme ilustrado no Quadro 3, a média de provisões da amostra durante todo o período se manteve entre 1% e 1,5% do total do passivo. As principais provisões encontradas foram as de natureza fiscal, cível e previdenciária/trabalhista. As provisões com maior representatividade, dentro do total provisionado por cada uma das companhias, são as relativas a questões trabalhistas, destacando-se as apresentadas pelas empresas BRF e Marfrig Global Foods, que atingiram uma média de mais de 50% sobre o total dos valores de provisionados e apresentados anualmente. Ao contrário do que é observado nessas duas empresas, na companhia JBS as provisões de maior representatividade são as relacionadas a questões fiscais.

A respeito do passivo contingente observou-se que ele não vem sendo se apresentado de forma muito bem desenvolvida dentre a totalidade das empresas que

compõe a amostra da pesquisa, onde, por exemplo, na companhia JBS, questões que apresentam chance de perda remota destacavam-se em notas explicativas, sendo que além do maior detalhamento de sua natureza, apresentavam-se inclusive com seus valores muito mais elevados do que as classificadas como de chance provável de perda, estas apresentadas em um único breve parágrafo, tratando apenas de questões relacionadas a processos fiscais.

No Quadro 4 é apresentado um panorama dos passivos contingentes das empresas da amostra durante os anos de 2012 e 2016.

Quadro 4 – Passivos contingentes da amostra (em reais mil)

Ano	BRF			JBS			Marfrig			Passivo Contingente	
	Passivo total	Passivo Contingente	%	Passivo total	Passivo Contingente	%	Passivo total	Passivo Contingente	%	Média Geral	
2012	30.765.486	7.010.728	22,79	28.322.887	31.192	0,11	21.284.362	1.300.344	6,11	9,67%	
2013	32.374.569	8.433.843	26,05	45.536.967	20.129	0,04	14.708.542	1.011.802	6,88	10,99%	
2014	36.103.735	9.268.519	25,67	56.442.558	105.969	0,19	18.114.183	995.696	5,50	10,45%	
2015	40.388.014	11.707.258	28,99	79.439.515	204.183	0,26	20.072.317	1.201.267	5,98	11,74%	
2016	42.944.936	13.667.857	31,83	67.373.785	537.872	0,80	19.158.001	1.644.698	8,58	13,74%	
Média dos passivos contingentes (%)			27,06				0,28			6,61	11,32%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das Demonstrações e Notas Explicativas das empresas da amostra (2018).

Quanto ao cumprimento pelas empresas das observações apresentadas pelo CPC-25, e de acordo com o *checklist* estabelecido nesse estudo a respeito das fazes de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e dos passivos contingentes, as empresas BRF, JBS e Marfrig Global Foods apresentaram os seguintes resultados com relação às informações destacadas nas demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas.

Quadro 4 – Resultado da coleta de dados

Itens de Divulgação – CPC 25	BRF	JBS	Marfrig	Aderência
Obrigação presente e resultado de evento passado?	sim	sim	sim	100%
É provável uma saída de recursos os quais venham a incorporar benefícios econômicos para liquidar a obrigação?	sim	sim	sim	100%
É possível realizar alguma estimativa confiável da obrigação?	sim	sim	sim	100%
Evidenciam os valores utilizados no período?	sim	sim	sim	100%
É utilizada a melhor estimativa do desembolso para liquidar a obrigação?	sim	sim	sim	100%
As estimativas do desfecho e seu efeito financeiro estão definidas pelo julgamento da administração, pela experiência de transações semelhantes ou por relatórios de perícia?	sim	sim	sim	100%
Foram reavaliadas e ajustadas a fim de refletir a melhor estimativa?	sim	sim	sim	100%
Divulgam o valor contábil no início e no final do período?	sim	sim	sim	100%
Evidenciam as provisões adicionais?	sim	sim	sim	100%
Divulgam os valores utilizados e os que não utilizados revertidos?	sim	sim	sim	100%
Fazem o cronograma esperado saídas de benefícios econômicos?	não	não	não	0%
Indicam as incertezas sobre o valor dessas saídas?	sim	sim	sim	100%
Divulgam o aumento no valor descontado a valor presente e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto das provisões?	não	não	não	0%
Detalham cada classe por natureza?	sim	sim	sim	100%
Há informação sobre o valor de reembolso esperado?	não	não	não	0%
Divulga as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros?	não	não	não	0%
Fazem uma breve descrição da natureza do passivo contingente?	sim	não	sim	66,66%
Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro?	sim	não	sim	66,66%
Evidenciam as incertezas relacionadas ao valor de saídas?	sim	não	sim	66,66%
Apresentam a possibilidade de reembolso?	não	não	não	0%
TOTAL DE OBSERVAÇÕES SEGUIDAS	15	11	15	70,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 e análise das notas explicativas das empresas da amostra (2018).

A partir do estudo executado observou-se que todas as empresas da amostra estão cumprindo com o estabelecido no CPC-25 a respeito das fases de reconhecimento e mensuração das provisões. Observa-se a preocupação no detalhamento destas provisões, sobretudo a respeito das provisões fiscais, onde todas as empresas procuram apresentar os seus pormenores.

Um ponto negativo observado em todas as notas explicativa da empresa BRF é que está considera erroneamente o uso do termo provisões para contas não relacionadas ao que é explicito pelo CPC-25. Há em todo o período a utilização do termo provisão para contas de estoque, sejam elas: provisão para ajuste a valor realizável, provisão para estoques deteriorados e provisão para obsolescência. Outras contas de ativo também apresentam essa mesma situação, a empresa reconhece as chances de perdas com clientes como provisões para devedores duvidosos, além disso ela estabelece provisões para perda com imobilizado e para realização de créditos tributários.

Essas características das demonstrações da companhia BRF estão totalmente desalinhadas com o que Iudícibus et al (2010) apresenta, já que, segundo ele, após a edição do CPC-25 o termo provisão não deve mais ser utilizado para fazer referência a qualquer obrigação ou redução de um ativo, cuja mensuração é procedente de alguma estimativa. O que acontece neste caso é que mesmo após a edição do CPC-25 a empresa permanece, em todos os anos estudados, apresentando contas contábeis com nomenclatura equivocada, utilizando-se do termo provisão para diversas contas de ativo.

Com relação à fase de divulgação foi observado que nenhuma das empresas da amostra apresenta um cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes das provisões, nem divulgam o aumento no valor descontado a valor presente e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto das provisões.

Salienta-se, ainda com relação às provisões, que nenhuma das empresas evidenciou qualquer possibilidade de reembolso, sendo atribuído o conceito negativo (não), já que não há informações suficientes para se afirmar que há a possibilidade de essas serem reembolsadas. Resultados semelhantes foram encontrados por Fraga (2016) e por Hotta, de Souza e Vendruscolo (2016).

Outro resultado alinhado a está pesquisa foi observado por Castro, Vieira e Pinheiro (2015), onde esses encontraram uma taxa de 60% com relação ao cumprimento do que estabelece o CPC 25 a respeito do passivo contingente. Resultados semelhantes foram observados na presente análise e, de acordo com o Quadro 4, pode-se observar as mesmas características com relação a esses passivos contingentes.

Ainda com relação aos passivos contingentes, somente a empresa JBS não apresentou nenhum dos itens elencados no *checklist*, nem mesmo um breve detalhamento da natureza foi apresentado.

Apesar de todas as demais empresas cumprirem a maior parte das exigências do CPC 25, ressalta-se que o nível do detalhamento em notas explicativas se diferencia quanto aos

desdobramentos das contas e quantidade de informações em notas explicativas para cada empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes das principais empresas do segmento de carne e derivados listadas na B3.

Constatou-se ao fim da pesquisa que o grau de evidenciação e divulgação das provisões foram bastante significativos, entretanto não foi realizado, em todos os anos, um cronograma de saídas bem como o valor do montante de reembolso esperado das suas provisões, resultados semelhantes foram observados por Hotta, de Souza e Vendruscolo (2016).

As provisões das empresas caracterizaram-se pelas naturezas trabalhista, cíveis e tributárias, a respeito dessa última observou-se que ela foi apresentada por todas as empresas de forma amplamente detalhada, fato esse que pode estar alinhado aos resultados encontrados por Ribeiro, Ribeiro e Weffortt (2013), os quais concluíram que os altos níveis de provisões tributárias no Brasil estão relacionados à grande subjetividade e complexidade da legislação brasileira.

Os riscos foram apresentados e classificados pelas empresas em remoto, possível e provável, e demonstrados em capítulos distribuídos em suas notas explicativas.

Por sua vez, periodicamente foi realizada a reavaliação das provisões e dos passivos contingentes, a fim de ajustá-los e verificar se a saída dos recursos a eles relacionados veio a se tornar provável, fato esse realizado trimestralmente.

As empresas apresentaram uma média de 1,21% na relação entre provisões e total dos passivos, enquanto os passivos contingentes se apresentaram com média de 11,32% do total do passivo durante o período da análise. Desta forma, a relação entre passivo contingente e total do passivo se apresentou aproximadamente 10 vezes maior do que a mesma relação aplicada com as provisões.

Salienta-se ainda, a respeito dos passivos contingentes, que a companhia JBS, a qual apresenta o maior patrimônio entre as empresas da amostra também é a que menos evidencia seus passivos contingentes. Estudo realizado por Pinto et al. (2014) também verificou essa relação entre tamanho da empresa e evidenciação de passivos quando observaram, em sua análise, que a evidenciação e o valor de mercado da companhia se apresentam inversamente

proporcionais, ou seja, quanto maior era os valores de mercado das organizações, menor eram os níveis relacionados à evidenciação das informações sobre provisão e passivo contingente.

Como limitação desse estudo, destaca-se a utilização de apenas 3 empresas para realização da análise. Por isso, para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da amostra, complementando outros segmentos do subsetor de alimentos processados. Sugere-se, em novos estudos, investigar como a Operação Carne Fraca instituída pela Polícia Federal do Brasil no ano de 2017 veio a impactar sobre as futuras demonstrações contábeis. Sobretudo no que tange às informações relacionadas ao reconhecimento, à mensuração e à divulgação das provisões e dos passivos contingentes; das empresas envolvidas pertencentes ao segmento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D.; FARIA, J. C.. O reconhecimento da contingência nas demonstrações contábeis: provisão x reserva. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13., 2009, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: UNIVAP, 2011. v. 6. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0264_0408_01.pdf> Acesso em: 10 nov. 2017.

ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; NETO, O. R.. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. São Paulo, v. 10, n. 20. 2012.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008.

BOVESPA. **BM&FBOVESPA sedia 1ª edição do workshop “CRA em Debate: A contribuição do capital estrangeiro e operações criativas para o crescimento do agronegócio brasileiro”**, 2017. Disponível em:<http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/noticias/agronegocio.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agropecuária impulsiona economia no Brasil**. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CASTRO, M. C. C. S; VIEIRA, L. K; PINHEIRO, L. E. T. Comparação do disclosure de contingências ativas e passivas nas empresas brasileiras com ações negociadas na BM&FBOVESPA e na NYSE. In: Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis. 5., 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em:< <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/14459>> Acesso em: 05 abr. 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Deliberação 594 de 15 de setembro de 2009**. Disponível em< <http://www.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0500/deli594.html>> Acesso em: 10 de nov. 2017.

_____. **Deliberação n. 489 de 03 de outubro de 2005**. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=140>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBÉIS - CPC. **CPC 25: provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**. Brasília: CPC, 2012. Disponível em:< <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>> Acesso em: 10 nov. 2017.

FARIAS, M. R. S.. **Divulgação do Passivo: um enfoque sobre o Passivo Contingente no Setor Químico e Petroquímico Brasileiro**. São Paulo, 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09012006-121101/pt-br.php>> Acesso em: 10 nov. 2017.

FRAGA, T R. CARRARO, W. B. W. H. Aplicação do CPC 25: uma análise nas empresas do segmento de siderurgia listadas na BM&FBOVERPA. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE UFRGS, 1., 2016, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgcont/congresso/anais.html>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas. 2002.

HOTTA, V. M. M.; DE SOUZA, R. B. L.; VENDRUSCULO, M. I. Análise das provisões e dos passivos contingentes nas principais empresas de telefonia do Brasil de 2009 a 2014. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE UFRGS, 1., 2016, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/ppgcont/congresso/anais.html>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade**

societária: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.

PINTO, A. F.; AVELAR, B.; FONSECA, K. B. C.; SILVA, M. B. A.; COSTA, P. S. Value relevance da evidenciação de provisões e passivos contingentes. **Pensar Contábil**, v. 16, n. 61, 2014.

RIBEIRO, A. C.; RIBEIRO, M. DE S.; WEFFORT, E. F. J. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: As percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3309>> Acesso em: 22 Maio 2018.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. 2009. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano. 1, n. 1, jul.

SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO, H. M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEFE**, v. 1, n. 11, 2013.

THE ECONOMIST. The miracle of the cerrado: Brazil has revolutionized its own farms. Can it do the same for others, 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/16886442>> Acesso em: 20 dez. 2017.

ULRICH, E. R. **Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio, 2009.** Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. Disponível em: <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/108_1.pdf> Acesso em: 20 dez. 2017